

A MANILHA E O LIBAMBO

ESCRavidÃO NA ÁFRICA NOS PRIMEIROS TEMPOS DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO

Beatriz Gallotti Mamigonian  

Universidade Federal de Santa Catarina

Alberto da Costa e Silva relata que se apaixonou pela história dos povos do continente africano quando, ainda adolescente, leu *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre. A leitura proporcionou-lhe um “deslumbramento sem bordas” e fê-lo reconhecer a presença dessa África “incompleta e fragmentada pela distância e pelo tempo, dentro de mim e ao meu lado”.¹ Estimulado por um professor, leu ainda Nina Rodrigues, Manuel Querino e depois Arthur Ramos, e convenceu-se de que conhecer a África seria fundamental para entender o Brasil.

Ambicionava treinar-se como antropólogo, mas a carreira diplomática abriu-lhe este e outros campos, trilhando caminhos diversos. Alberto da Costa e Silva foi se formando africanista ao longo de décadas, por meio da consulta à biblioteca do Itamaraty, da constituição de uma coleção própria de livros, revistas, relatos, relatórios e artefatos africanos, do seu trabalho como diplomata e ainda por via de sua escuta sensível. Atento aos processos de independência que estavam em curso em colônias africanas quando iniciava sua trajetória profissional, buscava sempre, no entanto, informações que alcançassem as histórias daqueles povos antes da colonização, ou vistas por suas próprias lentes. Enquanto terceiro secretário da embaixada do Brasil em Lisboa, em 1960, Costa e Silva recebeu a atribuição de acompanhar o que se passava na África portuguesa. Assim, relata, “aprendi a ler os jornais locais de cabeça para baixo e com o sinal invertido e passei muitas horas a conversar com estudantes angolanos,

1 Alberto da Costa e Silva, “A África e eu”, *Estudos Avançados*, v. 16, n. 46 (2002), pp. 223-230, .

cabo-verdianos, são-tomenses e moçambicanos sobre suas aflições e esperanças. E sobre a história tradicional de suas gentes”.²

Sua extensa obra voltada à história da África transborda de erudição e expõe uma perspectiva anticolonialista e antirracista, que é destacada em muitas passagens. Sua África é diversa e complexa e contada a partir das experiências dos diferentes povos do continente, e não da perspectiva dos europeus colonizadores. Os leitores não precisam de formação prévia para entendê-lo, apenas curiosidade e imaginação para apreciar os quadros em movimento em que Costa e Silva descreve povoados, feiras, discute processos sociais complexos, referencia seus informantes africanos e viajantes de outros tempos, e dialoga com outros autores contemporâneos seus, sem mudar o tom de contador de histórias.

Lançado em 2002, *A manilha e o libambo* foi a sequência de *A enxada e a lança*, publicado dez anos antes.³ Segundo livro de uma projetada trilogia, *A manilha e o libambo* foi premiado com o Jabuti em Ciências Humanas e com o prêmio Sérgio Buarque de Holanda, da Biblioteca Nacional. Dois anos depois de sua publicação, Costa e Silva ganharia o prêmio Juca Pato, de intelectual do ano, concedido pela União Brasileira de Escritores. *A manilha e o libambo* foi resenhado por historiadores africanistas renomados, como José Capela e John Thornton, que o saudaram como uma excelente síntese, extremamente atualizada e bem pesquisada da história da África no período ali tratado.⁴ Antes de suas publicações africanistas, Costa e Silva já era um poeta refinado e premiado, e quando o livro foi publicado, ele presidia a Academia Brasileira de Letras, para a qual fora eleito no ano 2000.

2 Costa e Silva, “A África e eu”, p. 225.

3 Alberto da Costa e Silva, *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Biblioteca Nacional, 2002; Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

4 José Capela, “Alberto da Costa e Silva, *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*”, *Africana Studia*, n. 5 (2002), pp. 241-244, ; John Thornton, “*A manilha e o libambo* [sic]: *A África e a escravidão de 1500 a 1700*”, *The International Journal of African Historical Studies*, v. 35, n. 2-3 (2002), pp. 601-602, .

Alberto da Costa e Silva foi muito modesto ao prefaciar seu segundo compêndio africanista, de 1072 páginas: “Não se espere deste livro mais do que ele pretendeu ser: um esboço de história da África subsaariana, entre 1500 e 1700, com ênfase na escravidão e no comércio de escravos”.⁵ Pouco adiante, descreve suas fontes e seu método:

traz o que aprendi nos outros, e é o resultado de um demorado diálogo com alguns autores de meu tempo, mas sobretudo com aqueles que estavam vivos nos séculos XVI e XVII e anotaram, de bordo dos navios ou na solidão das feitorias e das cubatas de missionários, o que viam, ouviam dizer, imaginavam e sentiam, ou reproduziram, mais tarde, as lembranças do que viram, lhes contaram, imaginaram e sentiram. Ainda quando preconceituosos, e preconceituosos todos eram – e, aceitemos, somos –, e excessivamente crédulos ou excessivamente cépticos, ou ainda quando transbordavam de má vontade ou julgavam com excessivo rigor hábitos que momentaneamente esqueciam serem também comuns em sua terra natal [...], os relatos que nos deixaram são preciosos, porque sabiam ver e tinham aprendido com seus mestres-escolas a registrar com frases e com traços o que viam. Não deixo de espantar-me com a precisão de linguagem com que descrevem objetos que conheço e paisagens onde estive, nem de fascinar-me, ao pôr a atenção do olhar nas gravuras com que se multiplicaram os seus desenhos.⁶

O livro faz uma síntese das histórias dos povos da África subsaariana nos dois primeiros séculos do contato mais intenso com europeus e período da ascensão do comércio transatlântico de pessoas escravizadas que atingiria seu auge, em termos de volume, no século XVIII e no Brasil no século seguinte. *A manilha e o libambo* começa com dois capítulos sobre a escravidão anterior ao período em foco: o primeiro trata do mundo antigo, com atenção aos africanos subsaarianos, e o segundo aborda o funcionamento da escravidão nos territórios conquistados por povos islamizados. Na sequência, vêm um capítulo panorâmico sobre as formas de escravização (guerras, razias, raptos, punição por crimes etc.) e de escravidão entre os africanos, e outro sobre exploração do trabalho

5 Costa e Silva, *A manilha e o libambo*, p. 11.

6 Costa e Silva, *A manilha e o libambo*, p. 12.

africano na Europa medieval. Depois disso, sucedem dezoito capítulos com recorte geográfico, nos quais Costa e Silva descreve as atividades econômicas, as estruturas familiares e comunitárias, as migrações e as formações políticas, apresentando as mudanças em curso, internas e externas ao continente, no período. Temos, assim, um panorama ao mesmo tempo sintético e complexo, cobrindo a África de norte a sul e de leste a oeste.

O fio condutor do livro, conforme anunciado no título, é o tema da escravidão e do comércio em seres humanos e as relações dos diferentes povos africanos com os europeus – sobretudo os portugueses – a partir das navegações na costa africana, nas últimas décadas do século XV, que desencadearam intensas e imensas trocas comerciais e culturais. Com muita perspicácia, Costa e Silva esmiúça os mecanismos de exercício do poder e de extração do trabalho entre pessoas em variadas configurações sociais, diferentes povos africanos, e a maneira como a demanda por força de trabalho escravo para as rotas atlânticas começou a concorrer com o tráfico através do Saara e do Oceano Índico. Nos últimos três capítulos, Alberto da Costa e Silva ensaia a transição para o volume seguinte da trilogia, apresentando como se configuravam as sociedades africanas próximas ao Atlântico em relação à presença europeia que se avolumava e ao tráfico que se intensificava, no fim do XVII. O livro fecha com um capítulo discutindo como “escravo” e “negro” se tornaram sinônimos, isto é, como a escravidão de africanos – escravidão racial – se tornou disseminada e naturalizada nas Américas e na Europa no período coberto, com poucas vozes dissonantes a criticar o que ocorria.

A manilha e o libambo demorou a ter o reconhecimento acadêmico correspondente à enormidade de sua contribuição. Seu livro seguinte, sobre o traficante Francisco Félix de Souza, o Chachá, recebeu muito mais atenção, possivelmente devido a sua temática mais diretamente brasileira, além de se tratar da biografia de um personagem ao mesmo tempo interessante e repugnante.⁷ Mas, aos poucos, o livro inteiro, ou capítulos

7 Alberto da Costa e Silva, *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora da UERJ, 2004.

selecionados, tornaram-se leitura obrigatória em cursos de graduação em História pelo Brasil afora, o que fica evidente se consultarmos os programas disponíveis online das universidades públicas que oferecem a disciplina História da África nas suas grades curriculares. Nesse sentido, é importante destacar o quanto o livro contribuiu para o movimento de formação de profissionais especializados em História da África no processo de implementação da lei 10.639, de 2003. Lembremos do tempo, no início dos anos 2000, quando não era comum se estudar as origens africanas das pessoas aqui escravizadas ou reconhecer que traziam diferentes técnicas, visões de mundo, bagagem cultural e projetos políticos. Mais distante ainda das atenções de pesquisadores brasileiros estavam os contextos em que homens, mulheres e crianças foram escravizados, ou as histórias dos grupos de onde tinham sido arrancados.⁸

Sendo impossível comentar todos os temas abordados num livro com mais de mil páginas, gostaria de destacar os capítulos em que o autor aborda mais diretamente o processo de escravização de pessoas da África e a formulação, por parte dos europeus, de distorções e justificativas para escravizá-las.

O terceiro capítulo do livro, “A escravidão entre os africanos”, sintetiza as diversas formas assumidas por esta modalidade de dominação

8 Alguns trabalhos atentos à África no Brasil na época da publicação de *A manilha e o libambo* eram: Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècle*, Paris: Mouton, 1968; Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1ª ed. 1986]; Manuela Carneiro da Cunha, *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo: Brasiliense, 1985; João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835* (ed. revista e ampliada), São Paulo: Companhia das Letras, 2003; Maria Inês Côrtes de Oliveira, “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”, *Revista da USP*, n. 28 (1996), pp. 174-193, ; Mariza de Carvalho Soares, “Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista”, *Tempo*, n. 3 (1998), pp. 73-93, ; Robert W. Slenes, *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; A. J. R. Russell-Wood, “Através de um prisma africano: uma nova abordagem no estudo da diáspora africana no Brasil colonial”, *Tempo*, n. 12 (2001), pp. 11-50, ; Beatriz G. Mamigonian, “África no Brasil: mapa de uma área em expansão”, *Topoi*, v. 5, n. 9 (2005), pp. 35-53, .

nas sociedades africanas na era moderna, reconhecendo a escassez de fontes para cobrir todo o território e tão amplo marco temporal. Aqui temos Costa e Silva com verve de antropólogo, explorando a variedade das experiências sob a escravidão a partir das diferenças de geografia, tamanho e estruturas social e política dos grupos, sempre atento às transformações no tempo. Ele discute as formas de incorporação de indivíduos escravizados nas famílias e comunidades, destacando a violência física e moral intrínseca ao processo e afastando qualquer valoração benigna dele. O lugar da pessoa escravizada nas sociedades às quais era incorporada variou muito e da mesma forma o estatuto de sua descendência, que podia tanto ser incorporada como igual, quanto ser por gerações estigmatizada pela mancha da escravização do ascendente.

Costa e Silva reconhece que, em pequenas comunidades sem complexas estruturas políticas, a incorporação de pessoas escravizadas à unidade familiar serviria para potencializar o trabalho familiar e que a vida destas pessoas seria próxima às dos senhores. Os filhos das mulheres escravizadas seriam, em geral, escravizados, mas em muitos lugares não podiam ser vendidos e recebiam tratamento mais inclusivo. De geração em geração, os descendentes iam “perdendo a condição servil e sendo paulatinamente incorporados à linhagem do dono, a cuja progênie continuavam a dever serviço e obediência”. Contra o argumento de que seria uma forma branda de escravidão, o autor não deixa de pontuar que, “mesmo depois de incorporados à linhagem do amo, os descendentes de escravos continuavam, em muitas comunidades, a ser estigmatizados como tais – assim se passava, por exemplo, na Hauçalandia – e podiam até mesmo compor um ramo especial de uma família: o ramo escravo ou o ex-escravo”.⁹

As formas de escravização, dentro e fora de cada grupo, são descritas em algum detalhe: guerras, razias, aliciamento, punição ou o pagamento de dívida, desterro de inimigos políticos e suas famílias e ainda a sujeição em caso de vulnerabilidade econômica, todas produziram pessoas escravizadas que podiam ser vendidas no mercado interno

9 Costa e Silva, *A manilha e o libambo*, pp. 82-83.

africano, ou acabar nos fluxos do comércio transaariano ou atlântico. Além disso, as mulheres escravizadas, elas mesmas vítimas de conflitos e sequestros, geravam novos escravos para senhores africanos ou, no caso das Américas, coloniais. Costa e Silva traça um cenário matizado, apoiado no antropólogo Claude Meillassoux, que fazia distinção entre as concubinas e as mulheres destinadas ao trabalho agrícola:

No primeiro caso, na África muçulmana ou tingida pelo islame, os filhos nasciam livres. E o mesmo ocorria em algumas sociedades pagãs, nas quais o rebento da escrava com seu amo ou com um outro homem livre acompanhava a condição do pai. Essas escravas, portanto, não geravam escravos, mas membros de pleno direito da linhagem paterna, e eram muitas vezes, entre os moslins, alforriadas após o parto. No resto do continente, prevalecia a regra de que era escravo o filho da escrava, ainda que de pai livre.¹⁰

Com base na historiografia estabelecida há algum tempo, Costa e Silva aponta que na sua maioria os cativos provinham de guerras ou já nascia escravizada.

Entrando no debate sobre as transformações da escravidão africana ao longo do tempo, ele matiza a afirmação de que o aumento da demanda externa, sobretudo após a abertura do tráfico transatlântico a partir do século XVI, seria o principal motor do incremento da escravidão interna e sugere que a construção de Estados mais complexos e hierarquizados pode ter também influenciado o aumento das guerras e, em consequência, da escravização de gente. Costa e Silva discute, por exemplo, o desenvolvimento das cidades-estados hauçás, que eram centros comerciais e manufatureiros conectados ao comércio transaariano, suas ramificações com o reino iorubá de Oió, tudo na atual Nigéria, e a ascensão e queda do reino de Ardra (Allada), na atual República do Benim, onde portugueses e holandeses puderam se fixar para comerciar.¹¹

10 Costa e Silva, *A manilha e o libambo*, p. 113.

11 Costa e Silva, *A manilha e o libambo*, pp. 503-523; 521-561.

A escravização das pessoas enfiadas nos porões de tumbeiros que eventualmente cruzariam o Atlântico se revela para os leitores como um processo complexo, com uma dimensão interna aos mecanismos sociais africanos, que foram aproveitados por comerciantes portugueses a partir do final do século XV. Nessa primeira fase, o principal objetivo dos europeus era conseguir ouro. Para além de “africanos” ou “portugueses” genéricos, o historiador traz à cena uma gama de atores envolvidos na escravização e no comércio de pessoas, afastando definitivamente qualquer simplificação a respeito de uma África pura, sem hierarquização sofisticada e com estruturas políticas simples. Lembremos, no entanto, que o livro trata apenas dos dois primeiros séculos de trocas atlânticas (1500-1700), período de estruturação do comércio de africanos escravizados para a Europa, as ilhas atlânticas e as Américas. O verdadeiro *boom* viria depois, com o objetivo de abastecer de mão de obra as plantations e minas das Américas, e provocaria transformações mais intensas. Esse seria o tema do terceiro tomo da trilogia, que Costa e Silva não logrou completar em vida.

Entre as transformações em curso no período tratado em *A manilha e o libambo* estavam os processos econômicos, culturais e mentais (inclusive em termos de ideologia religiosa) que levaram à associação de africano com escravo e deste com negro. No capítulo “Escravo igual a negro”, Costa e Silva aponta como, no final do XVII, os africanos tinham passado de uma fração do conjunto das pessoas escravizadas por europeus – coexistindo com cativos ameríndios, árabes, eslavos e outros – para praticamente dominar esse lugar enquanto sinônimo de cativo. As sensibilidades europeias ainda toleravam a escravização de muçulmanos, mas não de brancos cristãos; e não faziam qualquer restrição à escravização dos negros. Pelo contrário, a Igreja Católica, força ideológica hegemônica da expansão europeia no globo, procurou justificar doutrinariamente a escravização de africanos, alegando serem filhos renegados de Cam, além de garantir através de bulas que “guerras justas” contra povos que se recusassem a se converter não só eram aceitáveis como deviam ser feitas,

de modo a subjugar os que resistiam à conversão e por isso podiam ser legitimamente escravizados.

Poucas eram as vozes dissonantes a esse desiderato, e Costa e Silva apresenta-as brevemente, mas com alguma complexidade: o português Fernando de Oliveira, em 1555, condenou a escravização de homens livres; o dominicano espanhol Martin de Ledesma, em 1560, ameaçou de danação eterna todos os que possuíssem “escravos adquiridos por má-fé na África”; e os jesuítas Miguel de Garcia e Gonçalo Leite, atuantes no Brasil no fim do século XVI, recusavam-se a receber a confissão de senhores de “escravos trazidos ilegalmente da África”.¹² Desenhava-se um debate sobre a legitimidade da escravização dos africanos semelhante àquele sobre a escravização dos indígenas, que tiveram no dominicano Bartolomé de Las Casas seu principal apóstolo. Costa e Silva destaca a posição do padre Antônio Vieira, que defendeu que a escravidão africana deveria decorrer apenas nos casos de processos sancionados pela doutrina (as chamadas “guerras justas”), sabendo, como sublinha o autor, que os limites do cativo lícito mudavam de autoridade para autoridade.

Mas, no final das contas, a necessidade de mão de obra para o desenvolvimento das economias de *plantation* se sobrepunha a todas as considerações filosóficas ou religiosas contrárias à escravização. Outras justificativas, igualmente religiosas e filosóficas, deram apoio moral, intelectual e espiritual à maciça exploração de africanos escravizados nas Américas, assim como na Europa, que se prolongou por mais alguns séculos. É verdade que, como Costa e Silva destacou, apesar do engajamento de lideranças e comerciantes africanos na escravização e no comércio de pessoas, houve resistência por parte das pessoas escravizadas na própria África e fora dela.¹³ A pesquisa recentemente publicada de José Lingna Nafafé aponta para uma resistência mais organizada à escravidão e ao tráfico articulada por um africano que, no final do século XVII,

12 Costa e Silva, *A manilha e o libambo*, p. 853.

13 Publicados logo após o livro de Costa e Silva, ver também alguns dos capítulos em Sylviane A. Diouf (ed.), *Fighting the Slave Trade*, Athens: Ohio University Press, 2023.

levou uma demanda abolicionista ao sistema judicial do Vaticano.¹⁴ Esse é apenas um exemplo a mostrar que o livro, se reescrito hoje, se enriqueceria das pesquisas publicadas nas últimas duas décadas.

O conhecimento que Costa e Silva tão habilmente sintetiza em *A manilha e o libambo* vem sendo constantemente atualizado pelas pesquisas de uma geração de jovens africanistas, entre os quais muitos brasileiros.¹⁵ Se hoje podemos contar com uma historiografia da África no Brasil, que mantém diálogo, mas seja distinta da historiografia da diáspora africana e das temáticas da escravidão brasileira, muito devemos à obra, ao incentivo e à inspiração do querido e saudoso embaixador Costa e Silva.

doi: 10.9771/aa.v0i70.65863

14 José Lingna Nafafé, *Lourenço da Silva Mendonça and the Black Atlantic Abolitionist Movement in the Seventeenth Century*, Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

15 Coletânea recém-publicada reúne alguns deles: Lucilene Reginaldo e Roquinaldo Ferreira (orgs.), *África, margens e oceanos: perspectivas de história social*, Campinas: Editora da Unicamp, 2021.